

NOTAS EXPLICATIVAS 1º TRIMESTRE 2021

REITOR

Julio Xandro Heck

DIRETORA-GERAL

Flavia Santos Twardowski Pinto

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Eder Jose Morari

Coordenadora de Orçamento e Finanças

Ana Paula Silva da Luz

Responsável pela Conformidade Contábil

Marinez Mauer

Responsável Substituto pela Conformidade Contábil

Maicon Goulart Morales

Este documento é constituído por:

I – Declaração do Contador;

II – Demonstrações Contábeis;

III – Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis.

I- DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Nos termos do Acórdão TCU nº 1464/2015-P e da Macrofunção 02.03.18, em atendimento à Portaria nº 04 MEC/SE/SPO, de 20 de novembro de 2019, consta a Declaração com Ressalva do Contador do Campus 158327 – IFRS / Campus Osório, conforme segue.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UG)	Código da UG
INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO RS – CAMPUS OSÓRIO	158327
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentários, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício do 1º Trimestre de 2021, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>Restrição 315 – Falta ou restrição na conformidade dos registros de gestão.</p> <p>Em dezembro de 2020, o campus Osório registrou inconformidade dos registros de gestão em diversos dias. Providências relatas: Não foram apresentadas. As restrições na conformidade dos registros de gestão são recorrente no campus.</p> <p>Restrição 634 – Falta avaliação dos bens móveis, imóveis, intangíveis e outros.</p> <p>Até dezembro de 2020, o campus Osório não realizou a reavaliação de ativos conforme determinações das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, contidas na NBCT 16.10, MCASP 7ª Edição e Macrofunção Siafi 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, e de acordo com o solicitado no Acórdão 5.603/2017 – TCU – 2ª Câmara. Providências relatadas: <i>a metodologia para reavaliação dos bens móveis no IFRS será revisada no exercício de 2020 e uma Instrução Normativa, ou documento equivalente, será apresentada aos fóruns de dirigentes internos para aplicação da reavaliação após a finalização do inventário de 2019, em andamento na data de 17 de janeiro de 2020 (Ofício nº 06/2020/PROAD/IFRS).</i> Foi definido prazo de dezembro/2020 para solução. Não foi apresentado cronograma de ação do prazo relatado. A falta de avaliação dos bens móveis, imóveis, intangíveis e outros é recorrente no campus, considerado um problema institucional e constante na Declaração Anual do Contador do Exercício de 2016, sem providência administrativa registrada; 2017, com prazo de conclusão prorrogado para 31/05/2018 (Portaria nº 1607/2017); 2018, cuja providência relatada foi de expedir Instrução Normativa específica sobre avaliação dos bens móveis, sem data prevista e; 2019, com a providência acima mencionada. Providência 2020 mesma da anterior relatada.</p> <p>Restrição 640 - Saldos Contábil Bens Móveis não confere com RMB.</p> <p>Saldo divergente no item 35, 41, 45, estes subitens no sistema adotado pelo IFRS estão separados porém não possuem conta de classificação no siafi, desta forma, estes itens no siafi estão todos classificados na conta 123110201 subitem 35. A conta 3993 intangível deveria constar em demonstrativo separado conforme modulo do próprio sipac. O siafi apresenta saldo na conta 123119908 bens móveis a classificar. Esse saldo é referente a bens adquiridos com verba de pesquisa/extensão e ensino que ainda não foram doados pelo pesquisador. Esse atraso na entrega do bem é referente aos transtornos causados pela pandemia causando atraso na remessa de entrega deste bem.</p>	

Restrição 642 – Falta ou evolução incompatível da depreciação do ativo imobilizado.

Até dezembro de 2020, o campus Osório registrou evolução incompatível com o cálculo da depreciação do ativo imobilizado. **Providências relatadas:** *Até a data de 17 de janeiro de 2020 (Ofício nº 06/2020/PROAD/IFRS), a Pró-reitoria de Administração informa que não identificou e não saneou a inconsistência no sistema de registro patrimonial SIPAC.* Foi definido prazo de dezembro/2020 para solução. Não foi apresentado cronograma de ação do prazo relatado. A evolução incompatível com o cálculo da depreciação do ativo imobilizado é recorrente no campus, considerado um problema institucional e constante na Declaração Anual do Contador dos Exercícios de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Osório	Data	28/04/2021
Contador Resp.	Marinez Mauer	CRC nº	082674/O-4

II- Demonstrações contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL**1º Trimestre****R\$ mil**

ATIVO	31/03/2021	31/03/2020
Ativo Circulante	235.741,18	142.325,00
Caixa Equivalente de Caixa	104.681,73	19.402,18
Adiamentos Concedidos	1.500,00	1,97
Estoques	129.559,45	122.920,85
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-
Ativo Não Circulante	8.547.863,17	8.568.274,76
Imobilizado	8.530.369,30	8.550.780,89
Bens Móveis	3.153.108,71	3.235.708,41
Bens Imóveis	7.747.727,64	7.226.908,54
(-) Depreciação Acumulada	2.367.503,05	2.311.836,06

Intngível	17.493,87	17.493,87
Total do Ativo	8.783.604,35	8.710.599,76

BALANÇO PATRIMONIAL		
4º Trimestre	R\$ mil	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/03/2021	31/03/2020
Passivo Circulante	250.809,06	97.765,08
Fornecedores e Contas a Pagar	173.203,04	455,60
Demais Obrigações a Curto Prazo	77.606,02	92.309,48
Passivo Não Circulante	-	-
Total do Passivo	250.809,06	97.765,08
Resultados Acumulados	8.532.795,29	8.617.834,68
Resultado do Exercício	-85.039,39	320.271,42
Resultado de Exercício Anteriores	8.617.834,68	8.297.563,26
Ajustes de Exercícios Anteriores		
Total do Patrimônio Líquido	8.532.795,29	8.617.834,68

O Balanço Patrimonial evidencia os ativos e passivos, e sua evolução 2021 em relação a 2020. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo campus, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrente de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O Patrimônio Líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira de qualquer entidade.

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		
1º Trimestre		
	R\$ mil	
Variações Patrimoniais Aumentativas	31/03/2021	31/03/2020
Exploração e Venda de Bens e Serviços	-	1.563,36
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	3,00	216,27
Transferências e Delegações Recebidas	308.626,23	456.573,52
Valorização e Ganho com Ativos e Desincop. De Passivos	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	421,60	-
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	309.050,83	458.353,15

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		
1º Trimestre		
	R\$ mil	
Variações Patrimoniais Diminutivas	31/03/2021	31/03/2020
Pessoal e Encargo	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	284.120,61	438.705,85
Transferências e Delegações Concedidas	421,60	-
Desvalorização e Perdas de Ativos	1,97	-
Outras Variações patrimoniais Diminutivas	109.546,04	87.880,50
Incentivos	109.546,04	87.880,50
Diversas VPDs	-	-
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	394.090,22	526.586,35

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

1º Trimestre	R\$ mil
---------------------	----------------

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Despesas Empenhadas	Despesas a Liquidar	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Total
Despesas Correntes	162.246,84	12.605,30	149.641,54	101.230,52	162.246,84
Outras Despesas Correntes	162.246,84	12.605,30	149.641,54	101.230,52	162.246,84
Despesas de Capital					
Total de Despesas Orçamentárias	162.246,84	12.605,30	149.641,54	101.230,52	162.246,84
Fonte: Siafi: 2020 e 2021					

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DOS RESTOS A PAGAR

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DOS RESTOS A PAGAR					
1º Trimestre					
	R\$ mil				
	Inscritos ex. anteriores	Inscritos	Cancelados	Pagos	Saldo
Restos a Pagar Não processados	225.956,59	401.036,24	-	70.460,93	556.531,90
Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados	100,00	89.440,88	-	52.626,51	36.914,37
TOTAL	226.056,59	490.477,12		123.087,44	593.446,27
Fonte: Siafi: 2020 e 2021					

BALANÇO FINANCEIRO

BALANÇO FINANCEIRO		
1º Trimestre	R\$ mil	
INGRESOS	2021	2020
Receitas Orçamentárias		
Ordinárias		
Vinculadas		
(-) Deduções das receitas Orçamentárias		
Transferências financeiras Recebidas	308.626,23	456.573,52
Recebimento Extraorçamentário	62.666,92	276.884,24
Inscrição de Restos a Pagar processado	48.411,02	78.515,38

Inscrição de Restos a Pagar Não processados	12.605,30	192.726,42
Outros recebimentos Extraorçamentário	1.392,88	5.642,44
Saldo do exercício Anterior	19.402,18	43.118,72
Caixa e Equivalente de Caixa	19.402,18	43.118,72
TOTAL DOS INGRESSOS	390.695,33	776.576,48
DISPÊNDIOS	2021	2020
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	162.246,84	444.417,19
Ordinárias	162.246,84	443.505,71
Vinculadas	-	911,48
Transferências Financeiras Concedidas	421,60	-
Despesas Extraorçamentárias	123.345,16	307.359,15
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	52.626,51	34.425,36
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	70.460,93	272.933,79
Depósitos restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Saldo para o Exercício Seguinte	104.681,73	24.800,14
Saldo e Equivalente de Caixa	17.186,56	12.325,15
TOTAL DOS DISPÊNDIOS	390.695,33	776.576,48
Fonte: Siafi 2021 e 2020		

DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais 4º Trimestre		
	2021	2020
Ingressos	309.308,55	458.353,15
Outras Transferências recebidas		
Outros Ingressos Operacionais	309.308,55	458.353,15
Transferências Financeiras Recebidas	308.626,23	456.573,52
Arrecadação de Outra Unidade	424,60	1.779,63

Desembolsos	-221.277,43	-396.910,98
Pessoal e Demais Encargos	-220.548,11	-396.910,98
Educação	-221.516,39	-400.773,79
Ordens Bancárias Sacadas	-	-
Transferências Concedidas	-	-

Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	88.081,12	61.442,17
---	------------------	------------------

1- Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCON) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, campus Osório, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição e o Manual SIAFI, ambos da secretaria do Tesouro Nacional, exceto:

I - No tocante aos seguintes aspectos da informação contábil:

(a) Integralidade;

Ficou pendente reclassificação de bens devido a não entrega dos termos de doação.

(b) Exatidão, valorização e alocação;

A depreciação não está adequada devido a falha do sistema que gerencia o patrimônio. Não houve reavaliação dos Bens móveis e imóveis.

(c) Corte: transações e eventos foram registrados no período contábil certo;

Houve erro nas reclassificações de GRU.

II – No tocante aos seguintes procedimentos contábeis:

(a) Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas;

A Ug Não possui dívida ativa.

(b) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura);

A reavaliação dos bens móveis e imóveis não foi realizada.

(c) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.);

A Unidade Gestora não realiza pagamentos para empregados.

(d) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável;

Os investimentos permanentes não sofreram reavaliação.

(e) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência;

A Unidade não realiza provisões.

(f) Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável;

Os softwares da UG são de vida útil indefinida, não sofrem amortização. Mas não sofreram reavaliação.

(g) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável;

A depreciação dos bens de infraestrutura é realizada pelo órgão. Não sofreu reavaliação.

(h) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques;

Os estoques não sofreram reavaliação.

(i) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP);

A unidade Gestora não possui patrimônio cultural.

III – No tocante aos seguintes grupos de contas:

1.1 Caixa e equivalentes de caixa

Até a data de encerramento do trimestre, os saldos em caixa e equivalentes de caixa, exceto recursos liberados pelo Tesouro, não foram conciliados com extrato ou documento de controle que viabilizasse a conformidade das contas. Documentos não foram apresentados. O respectivo saldo escriturado em 31/03/2021 é de R\$ 104.681,73

1.2 Material em almoxarifado

Não há registro de laudos de reavaliação dos ativos (bens móveis, imóveis, intangíveis e outros), de modo que as contas correspondentes não refletem com confiabilidade o ativo escriturado.

Também não há registro de laudo de inventário que ateste, com razoável segurança, as informações do controle gerencial de materiais em almoxarifado.

1.3 Bens móveis

Não há registro de laudos de reavaliação dos ativos (bens móveis, imóveis, intangíveis e outros), de modo que as contas correspondentes não refletem com confiabilidade o ativo escriturado.

Também não há registro de laudo de inventário que ateste, com razoável segurança, as informações do controle gerencial de bens móveis.

Até a data de encerramento de exercício, não foram corrigidos problemas de cálculo do relatório de depreciação e amortização acumulada, de modo que os registros desses títulos não refletem, com confiabilidade, a depreciação acumulada de bens móveis e amortização acumulada de bens intangíveis.

1.4 Atos potenciais

Até a data de encerramento do trimestre, os saldos de contratos celebrados não foram conciliados com documento de controle do sistema gerencial que viabilize, de forma confiável, a conformidade contábil das contas do grupo de controle devedores/credores. De tal forma, os saldos desse grupo não refletem com fidedignidade os atos potenciais dos direitos contratuais em execução.

Em 31/03/2021, a execução de obrigações contratuais escrituradas em contas de controle somam R\$ 473.010,85.

O total de Atos Potenciais em 31/03/2021 somou o montante de R\$ 534.149,41.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis da unidade 158327 – campus Osório, do órgão 26419 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, autarquia da administração direta e integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);**
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);**
- III. Balanço Orçamentário (BO);**
- IV. Balanço Financeiro (BF);**
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e;**
- VI. Notas Explicativas.**

2-Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

a. Moeda funcional

A moeda funcional é o Real.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

c. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos e; (vi)

valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

d. Estoques

Compreendem os produtos em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Nas entradas, os estoques são avaliados e mensurados pelo valor de aquisição ou produção/construção e, nas saídas, pelo custo médio ponderado.

e. Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários e; (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

f. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

g. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, no IFRS, são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

h. Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem

adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

As informações da depreciação dos bens móveis do IFRS são apuradas pelo Sistema Integrado de Gestão (SIG), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- Método das cotas constantes;
- Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

i. Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I – Atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II – Reavaliados, aqueles nos quais:

- Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

N = vida útil da acessão

X = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

j. Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

k. Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

k. 1 Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

k. 2 Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

k. 3 Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3–Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis

Não houveram, ao longo do 4º trimestre de 2020, mudanças nas práticas e procedimentos contábeis adotados pelo IFRS.

III- Notas explicativas das Demonstrações Contábeis

Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Em 31/03/2021, o item mais representativo desse grupo foi “Recursos liberados pelo tesouro”, com 97,29% do total. A tabela a seguir demonstra a composição de Caixa e Equivalentes de Caixa, bem como sua evolução em relação a 31 de março de 2020:

Caixa e Equivalente de Caixa				
	mar-21	mar-20	AH(%)	AV(%)

Bancos Conta Movimento – Demais Contas	2.839,20	2.389,20	-	2,71
Recursos Liberados pelo Tesouro	101.842,53	21.960,94	-58,88	97,29
TOTAL	104.681,73	24.800,14	-55	
Fonte: siafi 2021 e 2020				

Nota 2 – Adiantamentos Concedidos

São adiantamentos concedidos no montante de R\$ 1.500,00 a título de suprimento de fundos, aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei, que consiste na entrega de numerário a servidor para o fim de realizar despesas que pela excepcionalidade, a critério do Ordenador de Despesas, não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, nos casos e valores limites definidos em Lei.

Nota 3 – Estoques

Os estoques no primeiro trimestre de 2021 sofreram um aumento relativamente baixo, em virtude da Pandemia que se instaurou desde 2020, gerando menos aquisições de estoque. Eles são representados pelos materiais em almoxarifado, que compreendem diversos materiais de consumo, gêneros alimentícios, medicamentos e materiais hospitalares, materiais de expediente e materiais em elaboração.

Nota 4 – Imobilizado

Bens Móveis

Os Bens Móveis totalizaram, pelo custo de aquisição, R\$ 3.135.708,41 milhões e estão distribuídos em categorias, conforme detalhado por conta contábil na tabela a seguir, sendo de maior representatividade o investimento em Equipamentos de tecnologia da informação e comunicação/TIC, no valor de R\$ 1.079.925,32 (34,25% do total). No primeiro trimestre se comparado com o mesmo período do exercício anterior não houve um aumento significativo dos bens móveis, ficou em 2,18%. Esse baixo aumento de bens patrimoniais pode se atribuir a falta de recursos de investimento que o Campus vem recebendo nos últimos anos.

Bens Móveis	1ºTrim. 2021	1º Trim.2020	R\$	
Bens Móveis	Custo	Custo	AH(%)	AV(%)
MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E	327.495,15	306.639,85	6,80	10,39
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	73.931,67	68.886,67	7,32	
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNI	13.107,74	13.107,74	-	

EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO	132.470,64	116.660,34	13,55	4,2
APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES	1.889,24	1.889,24	-	
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA	1.260,00	1.260,00	-	
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIAI	26.031,15	26.031,15	-	
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICO	39.240,40	39.240,40	-	
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	2.467,95	2.467,95	-	
MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS	5.534,97	5.534,97	--	
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTO	31.561,39	31.561,39	-	
EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUN	1.079.925,32	1.051.050,59	2,75	34,25
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	161.643,20	159.636,15	1,26	
MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORI	5.419,30	5.419,30	-	
MOBILIARIO EM GERAL	710.874,89	710.874,89	-	22,55
COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICO	430.681,78	430.128,86	-	13,66
DISCOTECAS E FILMOTECAS	995,00	995,00	-	
INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	44.013,81	40.425,81	8,88	
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E	277.872,14	266.871,84	4,12	8,81
VEICULOS DE TRACAO MECANICA 72.000,00	72.000,00	72.000,00	-	
BENS MOVEIS A CLASSIFICAR	482,22	-	100	
PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	41.705,90	41.705,90	-	
Depreciação/Amortização acumulada	(2.153.919,01)	(1.925.597,32)	68,31	
TOTAL	3.153.108,71	3.085.748,19	2,18	
TOTAL LíQUIDO	999.189,70	1.160.150,87	-13,13	
Fonte: Siafi, 2021 e 2020				

Depreciação Acumulada de Bens Móveis

Depreciação de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

No ano de 2018 os valores mensais da depreciação mensal a partir de 02/2018 de todas as contas no Relatório de Bens Móveis – RMB, aparece com os valores duplicados. Foram abertos chamados no setor de TI da Reitoria para resolver estas diferenças e enviados e-mails aos setores responsáveis, porém até o encerramento desse trimestre,

continuam pendentes. Em decorrência destas diferenças os saldos contábeis em 30/03/2021 das contas de depreciação dos bens móveis não reflete adequadamente a real situação patrimonial líquida do Campus. Estima-se um erro aproximado de 3% (equivalente à uma depreciação mensal).

Em 31/03/2021, a depreciação acumulada dos bens móveis totalizou R\$ 2.153.919,01, equivalente a 68,31% do custo de aquisição total dos bens móveis.

Em 31/03/21, verifica-se uma diminuição do saldo líquido de bens móveis no âmbito do IFRS Campus Osório de R\$ 160.961,17, representando uma variação negativa de 13,13 % em relação a 31/03/2020, decorrentes dos lançamentos de depreciação.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do campus Osório totalizaram, em 31/03, R\$ 7.726.908,54 (sem considerar a depreciação do período) e estão contabilizados em março de 2021 na conta Bens de uso Educacional Registrados no SPIUNET, e obras em andamento, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Bens Imóveis					
	mar/21	mar/20	Var.	AH(%)	AV(%)
De Uso educacional Registrados no SPIUNET	7.726.908,54	7.033.830,63	-	9,85	99,73
De uso Educacional Não registrados no SPIUNET		129.232,77	-129.232,77		
Obras em Andamento	20.819,10	66.441,51		0,27	
TOTAL	7.747.727,64	7.229.504,91	518.222,73		
Depreciação Acumulada	(216.548,04)	(202.025,25)		2,79	
TOTAL LÍQUIDO	7.531.179,60	6.961.038,15			
Fonte: siafi, 2020 e 2019					

O imóvel de uso educacional registrado no SPIUNET corresponde a maior parte do valor realizado na sede do campus Osório. Uma pequena parte, cerca de 0,27% do total de imóveis está registrado na conta de obras em andamento, que se refere a um saldo da construção da quadra coberta do IFRS Campus Osório.

De acordo com a tabela anterior, os bens de uso educacional registrados no spinet correspondem a 99,73% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do IFRS Campus Osório, perfazendo o montante aproximado de R\$ 7.726.908,54 em 31/03/2021.

Houve um incremento no valor total registrado na conta de Bens de Uso Educacional Registrados no SPIUNET devido a construção de uma quadra poliesportiva coberta no valor de R\$ 518.222,73.

A depreciação dos bens imóveis é apurada pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, de gestão da Secretaria de Patrimônio da União – SPU, que registra, anualmente, os valores à título de depreciação dos bens imóveis. O valor atualmente registrado nessa rubrica é de R\$ 216.548,04 correspondente à 2,79% do custo de aquisição dos bens imóveis.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; Se houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Até o encerramento do primeiro trimestre do exercício de 2021, os bens imóveis não foram reavaliados.

(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

O Campus Osório não avaliou se houve qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável em 30/03/2021.

Nota 5 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não estão sendo amortizados.

O ativo intangível do campus Osório é composto por softwares de vida útil indefinida e totaliza R\$ 17 mil, estando distribuídos nas contas contábeis a seguir:

Bens Intangíveis			
Softwares	mar/21	mar/20	AV(%)
ISOSO0001	3.859,20	3.859,20	22,06
ISOSO0002	4.046,67	4.046,67	23,13
ISOSO0003	8.990,00	8.990,00	51,39
ISREI0011	598,00	-	3,42
TOTAL	17.493,87	16.895,87	100
Siafi:2020 e 2019			

Entre os softwares, aproximadamente R\$ 9 mil (51,39%) referem-se à Stand Alone Advanced – QC, software de estatística educacional (ISOSO0003); R\$ 4 mil (23,13%) referem-se à Adobe CS 5.5 Master Collection (ISOSO0002) e; R\$ 4 mil (22,06%) referem-se à NVIVO 10 Full Versão Acadêmica (ISOSO0001), e R\$ 598 (3,42%) referem-se a software de Licença Vitalícia Edição Vídeo IFRS.

Houve incremento nos investimentos em intangível no 4º trimestre de 2020 em (3,4%).

Nota 6 – Obrigações a Curto e Longo Prazo

Em 31/03/2021 o IFRS Campus Osório apresentou um saldo de R\$ 250.809,06 em obrigações a curto prazo, ou seja, que deverão ser pagos dentro de um prazo de doze meses seguintes. A tabela a seguir apresenta o detalhamento das obrigações assumidas pelo IFRS Campus Osório em 31/03/2021:

Obrigações a Curto e longo Prazo

	31/03/2021	31/03/2020	AH(%)	AV (%)
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto \prazo	173.203,04	455,60		69,06
Demais Obrigações a Curto Prazo	77.606,02	92.309,48		30,94
TOTAL	250.809,06	92.765,08	170,37	
Demais Obrigações a Longo Prazo	-			
TOTAL	250.809,06	92.765,08	170,37	
Fonte: Siafi, 2021 e 2020				

Em comparação ao período anterior, o IFRS Campus Osório registrou um aumento de 170,37% em razão de não ter recebido recursos financeiros para quitar a maioria dos compromissos assumidos pela própria manutenção de suas atividades fins.

A maior parte das obrigações se referem as demais obrigações a curto prazo, que representam 69,06% do total e todas obrigações se referem a curto prazo.

(a) Fornecedores e Contas a Pagar

O total de fornecedores que possuem crédito a receber por parte do Instituto Federal Campus Osório são vinte e três, sendo que um deles concentra 48,44% do saldo total a pagar, apresentado em ordem decrescente de valor a pagar na tabela adiante, que totaliza R\$ 173.203,04 mil.

Fornecedores e Contas a Pagar por Fornecedores	31/03/2021	AV(%)
A.J.I. TECH - CONSTRUCAO E REFORMAS LTDA –	83.896,52	48,44
SR CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO EIRELI	20.819,10	12,02
PORTALSUL EMPRESA DE VIGILÂNCIA	17.730,51	10,24
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA	9.207,23	5,32
HILDON CHAVES	6.690,00	3,86
PROLAB COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	6.490,00	3,75
DEMAIS FORNECEDORES	28.369,68	16,38
TOTAL	173.203,04	

Em relação aos fornecedores do total a ser pago, apresentamos o resumo das principais transações:

(a) A.J.I. TECH - CONSTRUCAO E REFORMAS LTDA – Reforma do laboratório, Dispensa 291/2020, contrato 04/2021. Processo: 23367000786202063. CNPJ: 3501255000105

(b) SR CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO EIRELI - Construção da quadra poliesportiva, Contrato 98/2019, Pregão 05/2019. CNPJ: 04.166.318/0001-06

(c) PORTALSUL EMPRESA DE VIGILÂNCIA – Empresa de vigilância, contrato 71/2018, pregão 49/218. CNPJ: 03.994.920/0001-60

(d) COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – Serviços de fornecimento e distribuição de energia elétrica. CNPJ: 08467115000100

(e) HILDON CHAVES, equipamentos para o campus, pregão 48/2020, processo: 23367000784202074, CNPJ: 28931351000135

(f) PROLAB COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA , pregão 25 2019, serviços de manutenção de ar condicionado, processo: 23367.001066201981, CNPJ: 31387209000183

(b) Demais Obrigações a Pagar no Curto Prazo

A maior variação, em espécie, da conta Demais Obrigações a Curto Prazo, se refere a incentivos a educação, cultura e outros, representando 92,52% do grupo, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Demais Obrigações a Pagar no Curto Prazo				
	31/03/2021	31/03/2020	AH(%)	AV(%)
DEPOSITOS NÃO JUDICIAIS	2.839,20	2.839,20		
INCENTIVOS A EDUCAÇÃO, CULTURA E OUTROS	71.799,77	56.468,50	27,15	92,52
GLOSA DE ENCARGOS TRABALHISTAS	998,77	-		
AUXILIOS FINANCEIROS A PESQUISADOR	1.000,00	-		
VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	968,28	3.862,81		
DEPOSITOS RETIDOS DE FORNECEDORES	-	10.082,17	-100	
DIARIAS A PAGAR		339,68		
TOTAL	77.606,02	73.592,36		

(b.1) Depósitos não judiciais

Compreende os valores das obrigações exigíveis contraídas com o recebimento de depósitos e/ou cauções vinculados a contratos, para garantia de operações e devolução de pagamento por motivo de domicílio bancário inexistente, a regularizar pelo fornecedor.

(b.2.) Incentivos a educação, cultura e outros

Compreende as obrigações com incentivos a educação, cultura, ciência, esporte, bem como bolsas de estudo para cursos de especialização, mestrado, doutorado, e para estagiários.

(b.3) Saque – Cartão de Pagamento do Governo Federal

Registra os valores referentes as despesas com suprimento de fundos, pendentes de saque com uso do cartão de pagamento do governo federal.

Obrigações Contratuais

Em 31/03/2021, o IFRS Campus Osório possui um saldo de R\$ 473.010,85 (quatrocentos e setenta e três mil e dez reais com oitenta e cinco centavos) relacionados a obrigações contratuais, referente a parcelas de contratos em execução do primeiro trimestre de 2021 a serem executadas e do(s) próximos(s) trimestre(s). Na tabela a seguir, estão segregadas essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Obrigações Contratuais – Composição R\$

	30/03/21	30/03/20	Av (%)
Aluguéis	3.562,24	5.870,00	
Fornecimento de Bens	0,00	0,00	
Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00	
Seguros	6.065,32	6.065,32	
Serviços	463.383,09	1.346.381,07	97,96
Demais	0,00	0,00	
Total	473.010,85	1.358.316,59	

As obrigações contratuais relacionadas com Serviços representam cerca de 98% do total das obrigações assumidas pelo IFRS – *Campus Osório* ao final de 30/003/2021

A diminuição significativa em relação ao período anterior refere-se a redução da contratação dos serviços prestados em virtude do racionamento orçamentário, bem como em virtude da pandemia, onde os serviços de limpeza, copeiragem, diminuição do consumo de água e luz, entre outros.

Na tabela apresentada a seguir, está relacionados os 02 (dois) contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 30/03/21

Obrigações Contratuais – Por Contrato R\$

	30/03/21	AV (%)
Contratado A Portalsul - Vigilância	124.133,57	26,24

Contratado B (Lyon Serviços Terceirizados LTDA	83.896,52	17,7
Demais	264.980,76	
Total	473.010,85	

Fonte: SIAFI, 2021.

Em relação aos contratados A, B, eles representam em torno de 44% do total das obrigações assumidas. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(a) Contratado A: Contratação de empresa especializada para vigilância do campus, oriundo do contrato 71/2018, pregão 49/218.

(a) Contratado B Contratação de empresa de copeiragem para o campus, oriundo do pregão 25/2018 e contrato 55/2018.

Nota 7 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA's) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD's).

As VPA's são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o campus e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Patrimonial apurado em 31/03/2021 foi de R\$ -85.039,39 mil e está demonstrado na tabela abaixo, ao se confrontar Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas				
	31/03/2021	31/03/2020	AH(%)	AV(%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	309.050,83	458.353,15	-32,57	
Variações Patrimoniais Diminutivas	394.090,22	526.586,35	-25,16	

Resultado Patrimonial do Período	-85.039,39	-68.233,20	-24,63	
Fonte: Siafi 2021 e 2020				

Observa-se, que o resultado Patrimonial do 1º trimestre foi negativo em R\$ 85.039,39 mil, e se comparado com o mesmo período do exercício anterior, houve um acréscimo de resultado negativo em R\$ 16.806,19, representando uma variação negativa de 24,63%. Dentre as principais variações, destacam-se:

I. Até o final do primeiro trimestre ainda não houve exploração de vendas de bens e serviços.

II. Diminuição no uso de bens, serviços e consumo resultando em um montante de R\$ 284.120,61 mil, -35,24% menor se comparado com o exercício de 2020.

III. Diminuição das transferências e delegações recebidas resultando em um montante de R\$ 308.626,23 mil, -32,40 menor se comparado com o exercício de 2020.

Abaixo, é apresentado o resultado da Demonstração das Variações Patrimoniais:

Demonstração das Variações Patrimoniais					
	31/03/2021	31/03/2020	Var.	AH(%)	AV(%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	309.050,83	458.353,15	-149.302,32	-32,57	
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVIC	-	1.563,36			
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVA FINANCEIRA	3,00	216,27		-98,61	
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBI	308.626,23	456.573,52		-32,40	
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E	-	-			
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUME	421,60	-			
Variações Patrimoniais Diminutivas	394.090,22	526.586,35	-132.496,13	-25,16	
PESSOAL E ENCARGOS	-	-			
USO DE BENS, SERVICOS E CONS. DE C	284.120,61	438.705,85	-154.585,24	-35,24	
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVA FINANCEIRA	-	-			

TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCED	421,60				
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS	1,97	-			
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMI	109.546,04	87.880,50		24,65	
TOTAL	-85.309,39	-68.233,20		-24,63	

Dentre as Variações Patrimoniais Aumentativas destacamos que o resultado foi negativo em praticamente todas as contas elencadas no quadro acima, exceto na conta, outras variações patrimoniais aumentativas, que aumentou em 100% em relação a 2020.

A principal redução de gastos ocorreu com o uso de bens, serviços e consumo de capital fixo, numa variação de R\$ 154.585,24 mil, representando uma diminuição de -35,24% se comparado com 2020.

Isto posto, conclui-se um aumento na redução total das Variações Patrimoniais Diminutivas, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, totalizando uma variação negativa de R\$ 132.496,13 mil representando -25,16% se comparado com 2020.

(a) Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

A diminuição na VPD de uso de bens, serviços e consumo de capital fixo e outras VPDs são demonstradas a seguir.

Variações Patrimoniais Diminutivas - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo					
	31/03/21	31/03/20	Var.	AH(%)	AV(%)
USO DE MATERIAIS DE CONSUMO	15.459,81	66.504,76	-51.044,95	-76,75	
SERVICOS	210.029,68	279.384,43	-69.354,75	-24,82	73,92
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTA MÓVEIS	(58.630,99)	(92.816,66)	-34.185,67	-36,83	
TOTAL	284.120,61	438.705,85	-154.585,24		

Destaca-se uma queda de 24,82% na contratação de serviços, equivalente a R\$ 69.354,75 mil, em relação ao mesmo período no exercício anterior. Esses Serviços, tem a maior representatividade no grupo, na ordem de 73,92 %, obteve se uma diminuição nos

gastos em virtude do estado de calamidade pública por conta da pandemia do coronavírus, como medida protetiva, ocorreu a suspensão das atividades letivas em todo o IFRS, fazendo com que muitas atividades fossem feitas remotamente e a diminuição de postos de serviço contratados.

Percebe-se que o uso de materiais e consumos teve uma queda de -76,75 se comparado com 2020, essa diminuição se deve ao mesmo fato citado anteriormente, em virtude da calamidade pública instalada em relação ao corona vírus. Neste caso, não há consumo de alimentos pelos estudantes e nem materiais para ministrar as atividades letivas. Todas as atividades estão sendo realizadas remotamente.

As principais variações no gasto com serviços são demonstradas na tabela a seguir.

VPD SERVIÇOS					
	31/03/2021	31/03/2020	VAR.	AH(%)	AV(%)
DIARIAS	-	1.058,12	-1.058,12	-100	-
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	130.215,07	28.043,03	102.172,04	364,34	62
SERVICOS DE APOIO ADM, TECNICO E OPERAC	46.044,34	186.454,14	-140.409,80	-75,31	21,92
SERV.TRANSP.,PASSAGE M,LOCOMOCAO E	-	-	-		
SERVICOS ADMINISTRATIVOS - PJ	34,05	-	34,05		
SERV.AGUA E ESGOTO,ENER.ELETR.,G AS	33.736,22	63.829,14	-30.092,92	-47,15	16,06
LOCACAO E ARRENDAMENTO MERCANTIL O	-	-	-		
SEGUROS EM GERAL	-	-	-		
SERV.COMUNICAC.,GRA FICOS E AUDIOVI	-	-	-		

TOTAL	210.029,68	279.384,43	-69.354,75		
--------------	-------------------	-------------------	-------------------	--	--

O subgrupo Serviços Técnicos Profissionais, é o mais representativo dentro da conta com 62% do total. Representou um aumento de 364% se comparado com o mesmo trimestre do exercício anterior.

O segundo subgrupo dentro desta conta, Serviços de apoio adm. técnico e operacional conta com 21,92%, mas representando uma queda de 75,31% se comparado com o mesmo trimestre do exercício anterior.

O subgrupo de diárias representou uma queda de 100% se comparado ao mesmo trimestre do exercício anterior. Pode se atribuir a esse fato, o momento que estamos vivendo, onde foi instaurado um ensino remoto e consequentemente as atividades, reuniões, compromissos dos servidores também se estendeu a esse formato.

O serviço de Transporte, passagens e locomoção de servidores e estudantes continua zerado no primeiro trimestre de 2021, esse fato se deve a suspensão do ano letivo presencial o que ocasionou o cancelamento de viagens técnicas de estudantes, bem como não houve transporte para servidores em função de reuniões e capacitações.

(b) Outras VPD's

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas tiveram um aumento nos gastos do campus Osório, na ordem de 24,65%, e estão diretamente relacionados à bolsa de estudos no país e auxílio para desenvolvimento de estudos. Até o primeiro trimestre de 2021, o total de gasto nesta rubrica foi de R\$ 109.546,04 mil.

Nota 8 – Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário corresponde à confrontação entre receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964, além do percentual de realização das receitas previstas e percentual de empenho da dotação atualizada.

No IFRS, a setorial orçamentária consolida a previsão e realização de receitas, assim como a dotação inicial e atualizada das suas unidades, de modo que o Balanço Orçamentário do campus Osório, de forma isolada, é insuficiente para demonstrar o resultado orçamentário da unidade.

Até o presente momento, não foram apresentados relatórios de suporte da gestão orçamentária que demonstrem, com fidedignidade, o resultado orçamentário trimestral do campus Osório.

Despesas

De acordo com o art. 58 daquela Lei, Empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição (art. 58 da Lei nº 4.320/1964).

De acordo com o art. 58 daquela Lei, empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de asseverar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

Diante disso, é possível asseverar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública, nominalmente identificados.

O empenho de despesas no período em análise somou o montante de R\$162.246,84 enquanto que no mesmo período de 2020, tal fase da execução da despesa pública montou a cifra de R\$ 444.417,19. O empenho de despesas correntes corresponde a 100% de toda despesa empenhada no período, conforme evidenciado na tabela a seguir:

Despesas Empenhadas - Composição				
	31/03/21	31/03/20	AH(%)	AV(%)
Despesas Correntes	162.246,84	444.417,19	-63,49	100
Despesas de Capital	-	-		
TOTAL	162.246,84	444.417,19		

Fonte: Siafi: 2020 e 2019

Tivemos uma redução no valor empenhado das despesas correntes em 63,49%. O que ocorreu foi uma redução no repasse orçamentário em relação ao mesmo período de 2019, conforme representado na tabela Despesas empenhadas. Importante ressaltar, que todas as despesas empenhadas se referem a despesas correntes.

Despesas Orçamentárias				
	DESPESAS	DESPESAS	DESPESAS	SALDO A

	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGAS	LIQUIDAR
Despesas Correntes	162.246,84	149.641,54	101.230,52	12.606,30
Outras Despesas Correntes	162.246,84	149.641,54	101.230,52	12.606,30
Despesas de Capital	-	-	-	-
Investimentos	-			
TOTAL	162.246,84	149.641,54	101.230,52	12.606,30
Fonte: Siafi 2021 e 2020				

Das despesas orçamentárias empenhadas em 2021, 92,23% estavam liquidadas até o final do primeiro trimestre. Do montante liquidado, 67,65% estavam pagas até o final do 1º trimestre.

Nota 9 – Restos a Pagar

Conforme evidenciado na Tabela que segue adiante, em torno de 70% dos Restos a Pagar Não Processados inscritos no exercício de 2021 referem-se a Despesas Correntes, Outras despesas correntes, no montante de R\$ 281.953,40. Esses gastos são referentes a serviços não executados ou material adquirido e não entregue. Até o final do 1º trimestre de 2021 38,1% havia sido liquidado e deste percentual liquidado apenas em torno de 35% foi pago.

As despesas de Capital classificadas como investimentos representam em torno de 30% do montante inscrito e apenas 32% foi liquidado, sendo que desta liquidação em torno de 7% somente foi pago.

Composição Restos a Pagar 1º Trimestre 2021

Grupo de Despesa	RPNP Inscritos	RPNP Reinsc	RPNP Cancelados	RPNP Liquidados	RPNP Pagos	Saldo a pagar
3 Despesas Correntes	281.953,40	225.956,59	-	193.532,72	67.659,36	440.250,63
3 Outras despesas Correntes	281.953,40	225.956,59	-	193.532,72	67.659,36	440.250,63
4 Despesas de Capital	119.082,84			38.219,40	2.801,57	116.281,27
4 Investimentos	119.082,84	225.956,59		38.219,40	2.801,57	116.281,27
TOTAL	401.036,24	225.956,59		231.752,12	70.460,93	556.531,90
Fonte: Siafi 2021 e 2020						

Composição Restos a Pagar 1º Trimestre 2021

Grupo de Despesa	RPP. Inscritos	RPP Reinsc.	RPP. Pagos
3 Despesas Correntes	89.440,88	100	52.626,51

3	Outras despesas Correntes	89.440,88	100	52.626,51
4	Despesas de Capital	-		-
4	Investimentos			
	TOTAL	89.440,88	100	52.626,51